



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARBONITA
CEP: 39.665-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
PRAÇA EDGARD MIRANDA, Nº 202 - CENTRO
CNPJ: 21.154.174/0001-89

Proc. Nº _____

Folha. Nº _____

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 022/2021
TOMADA DE PREÇOS 001/2021

Fundamentação Legal: Lei Nº 8.666/93.

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE SALAS DA CRECHE MESTRA ZEFINA EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARBONITA/MG

TOMADA DE PREÇOS

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE DA PROPOSTA DE PREÇOS.

Data: 01/04/2021

Horário: 09h00min

Local:

Prefeitura Municipal de Carbonita - MG
Endereço: Praça Edgard Miranda, nº 202 - Bairro: Centro –
CEP: 39.665-000
Telefone: (38) 3526-1944
E-mail: licitacao@carbonita.mg.gov.br



EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO 022/2021

O MUNICÍPIO DE CARBONITA - MG, através de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público que fará realizar, na sede da Prefeitura Municipal de Carbonita - MG, situada na Praça Edgard Miranda, nº 202, nesta cidade, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a abertura do **Processo Licitatório nº 022/2021**, na modalidade **Tomada de Preços nº 001/2021**, por regime de execução: **empreitada global**, tipo: **menor preço por global**, regido pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e pelas demais cláusulas e condições fixadas neste instrumento convocatório.

ENTREGA DOS ENVELOPES “DOCUMENTAÇÃO” E “PROPOSTA”:

LOCAL: Sala de Sessões situada na Praça Edgard Miranda, nº 202, Centro, Carbonita/MG.

DATA: 01/04/2021

HORÁRIO: às 09:00

SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES “DOCUMENTAÇÃO”:

LOCAL: Sala de Sessões situada na Praça Edgard Miranda, nº 202, Centro, Carbonita/MG.

DATA: 01/04/2021

HORÁRIO: às 09:00

I - DO OBJETO

1 A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE SALAS DA CRECHE MESTRA ZEFINA EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARBONITA/MG**, conforme detalhamento constante nos Anexos deste Edital.

II – SETOR SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Obras e Educação.

III - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1. Não poderão participar da presente licitação pessoa física ou jurídica enquadradas nas condições estabelecidas no art. 9º, da Lei Federal 8.666/93;



2. Não poderão participar da presente licitação pessoa física ou jurídica enquadrada nos preceitos ditados pela Lei Estadual nº 13.994, de 18/09/2001;

3. Não será permitida a participação de empresas em consórcio;

4. O representante da empresa licitante, para participação nesta licitação, deverá estar munido de carta de credenciamento, que lhe permita assinar documentos e decidir em nome de seu representado, inclusive quanto à desistência de interposição de recurso.

4.1. A carta de credenciamento somente será aceita se assinada pelo representante legal da empresa licitante, conforme **ANEXO I**, constante deste Edital;

5. A proponente poderá, em caso de dúvida, quer seja de caráter técnico ou legal, na interpretação deste Edital, consultar a Comissão Permanente de Licitação - CPL do Município de Carbonita, situada na Praça Edgard Miranda, nº 202 - Bairro: Centro - CEP: 39.665-000, no horário de 07:00 às 11:00 horas, podendo, também, a consulta ser feita via (38) 3526-1944 ou E-mail: licitacao@carbonita.mg.gov.br.

5.1. Somente serão respondidas as consultas formalizadas, por escrito, encaminhadas até 03 (três) dias úteis antes da data de entrega da documentação.

5.1.1. Os esclarecimentos solicitados serão prestados por fax, a quem solicitou.

5.1.2. As empresas não cadastradas ou com cadastro do **CRC** vencido deverão entregar os documentos necessários ao seu cadastramento ou para renovação, até 03 (três) dias úteis antes à data definida para o recebimento dos envelopes, na Divisão de Licitação, na Praça Edgard Miranda, nº 202 - Bairro: Centro - CEP: 39.665-000.

IV – DA VISITA TÉCNICA (OPCIONAL)

1 O licitante poderá vistoriar o local onde será executada a obra, objeto desta licitação para inteirar-se das condições e graus de dificuldades existentes, até 02 (dois) dias úteis antes da apresentação das propostas, a qual deverá ser previamente agendada no setor de licitação do Município, conferindo ao mesmo **Termo de Visita Técnica constante do anexo X**, podendo, no entanto, ser dispensada, mediante declaração e responsabilização expressa da Empresa Licitante, conforme modelo constante no **Anexo IX** deste Edital.

2 A visita técnica nos locais de execução dos empreendimentos objeto desta licitação deverá ser realizada por profissional técnico do quadro permanente ou pelo responsável pela Empresa, quando será expedido o referido atestado.

V - DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

1. Os documentos de habilitação e a proposta de cada licitante deverão ser apresentados em envelopes distintos, indevassáveis e colados, contendo em sua parte externa o seguinte:



MUNICÍPIO DE CARBONITA – MG
ENVELOPE N.º 01 – DOCUMENTAÇÃO PARA
HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 022/2021
(RAZÃO SOCIAL OU NOME COMERCIAL DA LICITANTE,
CNPJ E ENDEREÇO COMPLETO)

MUNICÍPIO DE CARBONITA – MG
ENVELOPE N.º 02 – PROPOSTA
COMERCIAL
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021
(RAZÃO SOCIAL OU NOME COMERCIAL DA LICITANTE,
CNPJ E ENDEREÇO COMPLETO)

2- Os envelopes “Documentação” e “Propostas” deverão ser protocolizados na **Sala da Divisão de Licitação**, localizada na Praça Edgard Miranda, nº 202 - Bairro: Centro - CEP: 39.665-000, do Edifício-Sede da Prefeitura Municipal de Carbonita, até a data e horário previstos no preâmbulo deste instrumento convocatório.

3- O Município de Carbonita não se responsabilizará por envelopes endereçados via postal ou por outras formas, entregues em local diverso da Divisão de Licitação, e que, por isso, não cheguem na data e horário previstos para recebimento.

VI - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1-As licitantes deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, em original ou cópia legível autenticada por cartório competente, **com vigência plena** até a data fixada para abertura dos envelopes “Documentação”:

REGULARIDADE JURÍDICA:

- 1.1 Prova de inscrição, regular, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- 1.2 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual
- 1.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial.
 - 1.3.1 Em se tratando de sociedade por ações, o estatuto deverá estar acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- 1.4 Documento de identificação do responsável pela assinatura do contrato.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 1.4 Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Federal, com validade na data da licitação.



1.4.1. Para a comprovação da regularidade com a Fazenda Federal deverá ser apresentada a Certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

1.5 Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Estadual, com validade na data da licitação.

1.6 Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Municipal, **da sede da licitante**, com validade na data da licitação.

1.7 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS, com validade na data da licitação.

1.8 Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal - CEF, com validade na data da licitação.

1.9 Prova de Regularidade Trabalhista – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho.

1.10 A pequena empresa deverá apresentar toda a documentação relativa à comprovação da regularidade fiscal.

1.10.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de pequena empresa, assegurar-se-á o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a pequena empresa for declarada vencedora do certame, para a devida e necessária regularização.

1.10.2 - A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

1.10.3 - O prazo previsto no item 1.10.1, poderá ser prorrogado por igual período, se requerido pelo licitante e expressamente autorizado pelo Município de Carbonita.

1.10.4 - A não regularização da documentação, no prazo deste item, implicará a decadência do direito à contratação.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.11 .As Licitantes deverão comprovar sua QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, através de:

a) **CERTIFICADO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA E DO RESPONSÁVEL TÉCNICO**, através de Certidão que demonstre sua validade, emitida pela entidade competente.

b) **ATESTADO (S) DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL**: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, **detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância**. Este atestado deve vir acompanhado da comprovação de registro na entidade profissional competente, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT(s), expedidas por estes Conselhos para profissional responsável técnico da empresa.



b.2) A Comprovação de que o (s) responsável (eis) técnico (s) indicado(s) pertence (m) ao quadro permanente da empresa poderá ser realizada através da apresentação de um dos documentos a seguir relacionados:

- 1) Ficha de registro de trabalho, autenticado junto a DRT (delegacia Regional do Trabalho);
- 2) Contrato de trabalho e CTPS (carteira de trabalho e Previdência Social);
- 3) Em se tratando de sócio, esta comprovação deverá ser feita pelo Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.
- 4) Contrato de regime de prestação de serviços regido pela legislação civil comum.

c) **ATESTADO DE VISITA TÉCNICA EMITIDO PELO SETOR DE ENGENHARIA:** (opcional)

Firmado pelo servidor municipal, comprovando que a licitante visitou o local de realização dos serviços, a fim de familiarizar-se com as condições de trabalho existentes, para que não sejam apresentadas reclamações decorrentes de condições desfavoráveis ou ocorrências que poderiam ter sido previstas pelo licitante **ou DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL A SER REALIZADO A OBRA conforme modelo Anexo IX.**

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA¹:

1.12 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa ou da Certidão Negativa de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa jurídica, no máximo nos 90 (noventa) dias corridos anteriores à data da apresentação da proposta;

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

1.16. Declaração de Inexistência de fatos impeditivos, conforme **ANEXO II**, constante deste Edital.

1.17. Comprovação de que a licitante cumpre o disposto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, conforme **ANEXO III**, constante deste Edital.

1.18. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que desejarem obter benefícios da Lei Complementar nº 123/06, suas alterações posteriores, se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a declaração de enquadramento arquivada ou a **certidão simplificada expedida pela Junta Comercial**, ou equivalente, da sede da Pequena Empresa.

1.19. Termo de Visita Técnica, conforme Anexo VIII, ou declaração, conforme Anexo IX (opcional);

2. Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos documentos originais sejam apresentados na reunião de abertura dos envelopes de documentação, para a devida autenticação pela Comissão Permanente de Licitação ou servidor apto para praticar tal ato.



3. A ausência de documento, apresentação dos documentos incompletos ou em desacordo com o previsto neste Título **INABILITARÁ A PROPONENTE**, impossibilitando a abertura do envelope de proposta de preços respectivo.

4. Os documentos retirados da Internet, que poderão ser apresentados em cópias não autenticadas, terão sua autenticidade certificada junto aos sites dos órgãos emissores para fins de habilitação.

4.1. Procedida consulta, serão impressas declarações demonstrativas comprovantes da situação da licitante que serão juntadas aos autos do processo licitatório.

5. Os documentos exigidos neste Título não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas.

6. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada ou tratar-se dos envelopes contendo propostas de preços de licitantes desclassificadas.

7. Para análise da documentação apresentada, a Comissão de Licitação poderá promover diligência junto aos licitantes, para fins de esclarecimento.

7.1. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação da empresa.

8. Após a fase de habilitação não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

9. Considera-se vencida a fase de habilitação quando todos os interessados desistirem da faculdade de recorrer, ou quando decorrer o prazo para recurso sem que seja interposto, ou, ainda, quando os recursos interpostos forem decididos.

VII – DA PROPOSTA DE PREÇOS

O envelope “Proposta” deverá conter:

1 **PROPOSTA DE PREÇOS/PLANILHA ORÇAMENTÁRIA** - A Proposta de preços deverá ser apresentada impressa em 01 (uma) via, segundo modelo **Anexo IV** integrante deste Edital, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com identificação da licitante proponente e assinada, identificado pelo nome e CPF/CNPJ, dela constando obrigatoriamente:

1.1 O nome e CPF/CNPJ;

1.2 Especificação completa da prestação de serviços ofertada;

1.3 – Indicação do **preço de cada item (conforme planilha orçamentária) e preço global** da proposta;

1.4 O prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.



2 Não ocorrendo adjudicação do objeto no período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias corridos, o Município de Carbonita poderá solicitar prorrogação da validade das mesmas a todas as licitantes classificadas.

3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente do país, com 02 (duas) casas decimais após a vírgula, sendo desconsiderada, para efeito de julgamento, a terceira casa decimal.

4 Os preços deverão ser cotados considerando-se os valores de quaisquer gastos ou despesas com tributos, embalagens, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios, necessários à prestação de serviços.

5 A LICITANTE TAMBÉM DEVERÁ APRESENTAR:

5.1 Planilha orçamentária devidamente assinada pelo RT da empresa e representante legal.

5.2 Cronograma Físico Financeiro, em conformidade com as etapas, prazos e demais aspectos fixados pela Administração no Projeto Básico, ajustado à proposta apresentada, devidamente assinada pelo RT da empresa e representante legal.

5.3 A composição do BDI, detalhando todos os seus componentes, em valores nominais como também sob a forma percentual, devidamente assinados pelo RT da empresa e representante.

5.3.1 O BDI corresponde às despesas indiretas e ao lucro do construtor. Incide sobre a soma dos preços dos materiais, mão-de-obra, encargos sociais e equipamentos (exceto para Depreciação e Juros do Capital Investido). **O BDI que extrapolar o limite de 28.50% implicará na desclassificação da proposta.**

6 A apresentação da proposta por parte da licitante significa pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições deste instrumento e total sujeição à legislação pertinente.

7 Serão consideradas inválidas as propostas que deixar de atender o Item 5.

VIII - DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES

1 No dia, horário e local estabelecidos neste Edital, a Comissão Permanente de Licitação iniciará a sessão de abertura dos envelopes de Documentação, recebendo os documentos de credenciamento das licitantes presentes.

2.A licitante que se fizer representar deverá apresentar documento credenciando seu representante para tal fim, considerando-o com poderes para praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, podendo este expediente estar no envelope Documentação ou ser entregue no ato pelo próprio preposto.

2.1. Considera-se como representante, a pessoa credenciada pela licitante, mediante apresentação de contrato social, procuração ou carta de credenciamento conforme modelo do **Anexo I**, para manifestar-se em seu nome.



2.2. O representante credenciado poderá usar da palavra, apresentar reclamações e assinar atas, bem como renunciar ao direito de interpor recurso.

2.3. O credenciado deverá apresentar cédula de identidade ou equivalente, não lhe sendo permitido representar mais de uma licitante.

3. Após o credenciamento, a Comissão Permanente de Licitação procederá à abertura dos envelopes de Documentação. Será dado vista dos documentos aos presentes para análise, rubrica e manifestação. Terminada a consulta dos documentos emitidos via eletrônica, a Comissão Permanente de Licitação avaliará a documentação, comunicando aos presentes o resultado da fase de habilitação.

3.1. Considera-se vencida a fase de habilitação quando todos os interessados desistirem da faculdade de recorrer, ou quando decorrer o prazo para recurso sem que seja interposto, ou, ainda, quando os recursos interpostos forem decididos.

4 Na sessão de abertura dos envelopes “Documentação”, poderão ser abertos os envelopes de “Proposta”, se todos os representantes das empresas licitantes estiverem presentes e desistirem, expressamente, de interpor recursos das decisões referentes à fase de habilitação.

5 Ou a abertura dos envelopes de “Proposta” será feita no mesmo local indicado no preâmbulo para a abertura dos envelopes “Documentação”, em data e horário a serem comunicados diretamente às licitantes habilitadas ou através de publicação no Diário oficial de Minas Gerais ou outro diário oficial.

6 As licitantes poderão apresentar manifestações, as quais irão constar nas atas das sessões de abertura dos envelopes de “Documentação” e “Proposta”.

IX – DO JULGAMENTO

1. Para julgamento das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que observadas as especificações, prazos e outras condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

2. Serão desclassificadas as propostas que:

2.1. Contiverem qualquer limitação, reservas ou condições em desacordo com o Edital e/ou com seus anexos;

2.2. Contiverem qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital;

2.3. Forem apresentadas de maneira incompleta;

2.4. Apresentarem valor global superior ao valor de **R\$ 41.870,94 (quarenta e um mil oitocentos e setenta reais e noventa e quatro centavos)**, os preços correspondentes ao orçamento elaborado pelo Município de Carbonita;

2.5. Apresentarem preços manifestamente inexequíveis apurados conforme a Lei nº 8.666/93.



2.6. Deixarem de apresentar:

2.6.1. A Proposta de Preços;

2.6.2. A Planilha Orçamentária;

2.7. Contenha em seu texto rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, defeito de linguagem ou outros que impossibilitem o julgamento;

3. Na análise das propostas não serão consideradas ofertas e outras informações não solicitadas neste instrumento ou em diligências.

4. Nos casos em que a Comissão de Licitação constate a existência de erros numéricos nas propostas e planilhas apresentadas pela licitante, serão procedidas as correções necessárias, para apuração do menor preço global, obedecidas as seguintes disposições:

4.1. Havendo divergência entre o valor do global registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, a Comissão efetuará a correção tendo como base o preço por extenso.

4.2. Havendo divergência entre o valor do global e a somatória dos valores parciais, a Comissão procederá à correção do valor do global, mantidos os valores parciais.

4.3. Havendo divergência entre os preços unitários e os valores parciais, a Comissão procederá à correção dos valores parciais, mantidos os preços unitários.

5. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará por sorteio público, para o qual todos licitantes serão convocados.

6. Havendo Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) será assegurada, como critério de desempate preferência na sua contratação:

6.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao melhor preço.

7. Para efeito do disposto no item 06, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

7.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

7.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no item 6.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.3. Na hipótese da não contratação nos termos previstos neste item, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.3.1. O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.



8 A Comissão Permanente de Licitação emitirá ata do qual constarão os motivos de possíveis desclassificações e a indicação da proposta vencedora.

X – DAS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

1 Das decisões da Comissão Permanente de Licitação caberão recursos, nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, após a divulgação dos resultados.

2 Quaisquer recursos e impugnações relativas a esta licitação deverão ser interpostos nos prazos legais, dirigidos ao Prefeito Municipal, por intermédio da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, que poderá reconsiderar a decisão recorrida ou fazê-los subir para decisão.

3 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei.

4 Decairá do direito de impugnar os termos deste edital perante o Município de Carbonita a licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder à data marcada para recebimento e abertura dos envelopes Documentação e Propostas, apontando as falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

5 O Município de Carbonita não se responsabilizará por recursos e impugnações endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Praça Edgard Miranda, nº 202 - Bairro: Centro - CEP: 39.665-000, Centro, Edifício sede da Prefeitura Municipal de Carbonita e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.

6 Interposto recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo, nos prazos legais.

7 Deverá ser comprovado a representação do signatário do instrumento de recurso ou das impugnações.

XI – DO CONTRATO

1 A contratação dos serviços será feita mediante instrumento hábil de contrato cuja minuta encontra-se anexa a este Edital.

2 O prazo total, para execução dos serviços especificados, é de **3 (três) meses corridos**, contados a partir da Ordem de Serviços.

3 A licitante vencedora deverá assinar o instrumento hábil de contrato com o Município de Carbonita no dia e hora designados por convocação escrita, sob pena de lhe serem aplicadas as penalidades previstas em lei e no Edital.



4 Não poderão assinar contrato com o Município de Carbonita, as empresas que tendo outros contratos em vigor com o Município de Carbonita, estiverem inadimplentes com relação a qualquer cláusula contratual.

4 A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação, ocasionando a aplicação das penalidades previstas, bem como de indenização ao Município de Carbonita, em virtude do acréscimo de custo decorrente da realização de nova Licitação.

XII – DA CESSÃO E SUB-CONTRATAÇÃO

1 A empresa a ser contratada poderá ceder o Contrato a terceiros, subcontratar, parcialmente, obras e serviços que constituem objeto do Contrato, de acordo com a prévia, expressa e formal concordância ou conveniência do Município de Carbonita. A subcontratação ou cessão autorizada será formalizada por Termo Aditivo, através do qual se mantenha a integral responsabilidade da cedente ou subcontratante pela execução satisfatória dos serviços correspondentes.

XIII – DA RESCISÃO DO CONTRATO

1.O contrato a ser firmado poderá ser rescindido:

- a) por ato unilateral do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, no que couber, garantida à CONTRATADA a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa;
- b) amigavelmente por acordo entre as partes desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- c) judicialmente nos termos da legislação.

2. Nos termos do artigo 77 da Lei Federal nº 8.666/1993 a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, sobretudo as consequências previstas no artigo 80 da Lei Federal 8.666/1993.

XIV – DAS OBRIGAÇÕES

1 - DO CONTRATANTE

- a) - Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades encontradas na execução dos serviços;
- b) - Registrar as irregularidades por culpa da CONTRATADA para fins de rescisão do presente contrato.

2 - DA CONTRATADA



- a) Compromete-se executar os trabalhos com objetivo de concretizar o objeto do presente contrato dentro do melhor padrão de qualidade, realizando um trabalho profissional com zelo, dedicação e máxima proficiência.
- b) A CONTRATADA deverá prestar os serviços conforme orientações previstas neste instrumento convocatório, sua proposta de preços e termo de referência.
- c) Informar ao CONTRATANTE, sempre que solicitado, o andamento dos serviços programados.
- d) Obriga-se a reparar, às suas expensas, os serviços rejeitados pelo CONTRATANTE, efetuados em discordância com o previamente estabelecido e aprovado pela Secretaria Municipal de Planejamento.
- e) Responder por dano dolosos ou culposos causados aos bens do CONTRATANTE, à sua imagem ou à de terceiros, por seus funcionários e/ou terceiros que estejam trabalhando sob sua orientação e/ou em decorrência dos serviços prestados.
- f) A empresa a ser contratada poderá ceder o Contrato a terceiros, subcontratar, parcialmente, obras e serviços que constituem objeto do Contrato, de acordo com a prévia, expressa e formal concordância ou conveniência do Município de Carbonita. A subcontratação ou cessão autorizada será formalizada por Termo Aditivo, através do qual se mantenha a integral responsabilidade da cedente ou subcontratante pela execução satisfatória dos serviços correspondentes.
- g) Manter, durante toda a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção deste contrato.**
- h) A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

XV – DAS SANÇÕES

1. A inexecução parcial ou total das cláusulas e condições estipuladas no Contrato por culpa da Contratada, a mesma ficará sujeita às penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Carbonita, e/ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com os artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

2.1. 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da contratação, no caso de atraso na prestação dos serviços, com o consequente cancelamento do mesmo;

2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, no caso da licitante vencedora, injustificadamente, desistir da execução do contrato ou causar a rescisão contratual.



3.O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, ou ainda, quando for o caso, deverá ser pago por meio de guia própria, do Município de Carbonita, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da sua aplicação.

XVI – DA FISCALIZAÇÃO

1.A área competente para fiscalizar é a Secretaria Municipal de Obras e Educação, observados os artigos 73 a 76, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

2.O Município de Carbonita reserva-se o direito de não receber os serviços em desacordo com o previsto neste ato convocatório, podendo rescindir o contrato.

XVII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

- As despesas atinentes à execução deste Contrato serão atendidas com os recursos assim consignados no orçamento de 2021:

07001002.1236500243.045

Ficha 478 Fonte 119

XVIII – DO PAGAMENTO

1. O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pela Tesouraria do Município de Carbonita, por processo legal, após a comprovação da prestação dos serviços, nas condições exigidas e apresentação dos documentos fiscais devidos, em até 60 (sessenta) dias corridos após apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente.

- Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.
- Deverá a contratada apresentar a cada fatura comprovação de Prova de regularidade para com a Fazenda Federal / Certificado de Situação Regular perante o Sistema de Seguridade Social – INSS; Certificado de Regularidade ao Fundo de Garantia por tempo de serviços – FGTS e Comprovante de regularidade junto ao Justiça do Trabalho – CNDT, à medida que forem vencendo os prazos de validade documentação apresentada

2.Compete à Secretaria Municipal de Fazenda fazer a retenção do ISSQN sobre o valor dos pagamentos efetuados.

XIX – DO REAJUSTE E REVISÃO DOS PREÇOS

1.O preço pelo qual será contratado o objeto da presente licitação não sofrerá reajuste no período de vigência contratual.

2.Os preços poderão ser revistos desde que comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de



consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando alea econômica extraordinária e extracontratual.

3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

4. Ocorrendo a revisão de preços, deverá ser mantido, pelo menos, o mesmo percentual de diferença entre o preço à vista, do dia da proposta, com o da proposta apresentada na licitação.

5. Qualquer alteração contratual será regida e justificada nos termos e exigência do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

XX – DA RESPONSABILIDADE

1. A licitante a ser contratada é a única e exclusiva responsável por danos e prejuízos que vier a causar ao Município de Carbonita, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência da execução dos serviços, sem quaisquer ônus para o Município; inclusive ressarcimentos ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar.

XXI - DAS NORMAS AMBIENTAIS

1. A contratada deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente, independentemente do detalhamento e/ou da especificação do projeto;

2. A contratada responderá pelos crimes ambientais que praticar nos termos da legislação vigente;

3. A contratada deverá observar, sempre que houver, os procedimentos estabelecidos nos estudos apresentados para o licenciamento, bem como as condicionantes estabelecidas pelo COPAM;

4. Os prejuízos causados por embargos pelo órgão de controle ambiental, devido a danos decorrentes da execução dos serviços, serão de responsabilidade da contratada, bem como os autos de infração lavrados que gerarem pagamentos de multas;

5. As licenças ambientais existentes para a obra, não dispensam nem substituem a obtenção pela contratada, de certidões, ou outras licenças, de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal no decorrer do contrato.

XXII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. O Município de Carbonita poderá aumentar ou diminuir os serviços objeto desta Licitação, até os limites legais, mediante a formalização de Termo Aditivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARBONITA
CEP: 39.665-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
PRAÇA EDGARD MIRANDA, Nº 202 - CENTRO
CNPJ: 21.154.174/0001-89

Proc. Nº _____

Folha. Nº _____

2. Quaisquer serviços de controle tecnológico deverão ser efetuados pela licitante a ser contratada, podendo o Município de Carbonita exigir laudos técnicos correspondentes, a seu exclusivo critério. Na eventualidade dos serviços de controle tecnológico, a cargo da licitante a ser contratada, serem julgados pelo Município de Carbonita como deficientes ou fora dos padrões técnicos especificados, poder-se-á contratá-los diretamente com empresas especializadas, as expensas da Contratada.

3. Fica reservado ao Município de Carbonita o direito de revogar a presente Licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, bem como anulá-la por provocação de terceiros ou de ofício por ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, ficando assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

4. As solicitações de esclarecimentos desta licitação deverão ser encaminhadas até 03 (três) dias úteis que anteceder à sessão de abertura dos envelopes, à Comissão Permanente de Licitação, através do telefone (38) 3526-1944 ou na Praça Edgard Miranda, nº 202 - Bairro: Centro - CEP: 39.665-000, Edifício-Sede da Prefeitura Municipal de Carbonita, no horário de 08:00 às 11:00 horas.

5. Fica eleito o foro da Comarca de Itamarandiba, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Carbonita, 12 de março de 2021

Gleiciane Souza Aguiar
Presidente da CPL



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARBONITA
CEP: 39.665-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
PRAÇA EDGARD MIRANDA, Nº 202 - CENTRO
CNPJ: 21.154.174/0001-89

Proc. Nº _____

Folha. Nº _____

ANEXO I

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pelo Presente instrumento credenciamos **(NOME)**, (nacionalidade), (estado civil), Identidade nº....., CPF nº....., residente e domiciliado à **(ENDEREÇO)**, para representar a nossa Empresa nas sessões de abertura de Documentação de Habilitação e das Propostas referentes à Licitação Pública na modalidade **Tomada de Preços nº 001/2021**, podendo praticar todos os atos necessários ao perfeito cumprimento deste credenciamento, com poderes, inclusive, para interpor recursos administrativos ou para renunciar a esse direito em nome da outorgante, com relação a qualquer fase do procedimento licitatório acima referido.

(LOCAL E DATA)

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

(ENDEREÇO, SE INEXISTENTE NO PAPEL IMPRESSO)

OBS.: ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER ASSINADO PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA, COM FIRMA RECONHECIDA.



ANEXO II

MODELO DE CLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

DECLARAÇÃO

..... (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o n.º
....., sediada (endereço completo), por intermédio de
seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de
Identidade n.º e do CPF n.º **DECLARA**, sob as
penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente
processo licitatório, Edital da **TP 001/2021**, destinado a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA
EXECUÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE SALAS DA CRECHE MESTRA ZEFINA EM
ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE CARBONITA/MG**, conforme detalhamento constante dos Anexos deste Edital,
assim como que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(LOCAL E DATA)

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA SOB. CARIMBO)

(ENDEREÇO, SE INEXISTENTE NO PAPEL IMPRESSO)

**OBS.: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA
EMPRESA.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARBONITA
CEP: 39.665-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
PRAÇA EDGARD MIRANDA, Nº 202 - CENTRO
CNPJ: 21.154.174/0001-89

Proc. Nº _____

Folha. Nº _____

**ANEXO III MODELO DECLARAÇÃO DE EMPREGA MENOR – INCISO XXXIII DO ART. 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

(Este modelo deverá ser transcrito na forma e na íntegra, em papel impresso da empresa)

....., CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(LOCAL E DATA)

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA SOB. CARIMBO)

(ENDEREÇO, SE INEXISTENTE NO PAPEL IMPRESSO)

**OBS.: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA
EMPRESA.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARBONITA
CEP: 39.665-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
PRAÇA EDGARD MIRANDA, Nº 202 - CENTRO
CNPJ: 21.154.174/0001-89

Proc. Nº _____

Folha. Nº _____

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
PROPOSTA COMERCIAL DA TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2021

01 – Nome da empresa		
02 - CNPJ/MF nº:		03 - Inscrição Estadual nº:
04 - Endereço:		
05 - Bairro:	Cidade/UF	CEP
06 – Fone:	Fax:	E-mail
07 – Nome para contato		
08 - Condições de pagamento: conforme Edital		
09- Valor global da proposta: R\$ (...) Expresso em algarismo e por extenso (Observado os limites máximos dos preços unitários constantes da planilha de quantitativos e os preços unitários constantes na planilha de preços anexa.)		
10 -Validade da proposta: (...) dias. Obs2.: Mínima de 60 (sessenta) dias, a partir da apresentação (data limite para entrega dos envelopes).		11 -Prazo para entrega: conforme Edital
12 - Prazo de garantia: 05 (cinco) anos, contados da data do recebimento definitivo.		
13- Conta corrente nº:	14- Nome e número do banco	15- Nome e número da Agência
Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Edital desta TOMADA DE PREÇOS, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo discrepância entre quaisquer informações ou documentos que dele façam parte, e que estamos cientes de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos, assim como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações, bem como pelos erros ou omissões, contidas tanto no formulário proposta, como em seus anexos.		
(Localidade/UF), (...) de (...) de 2020. Assinatura do Representante Legal da Empresa Carimbo padronizado do CNPJ		

OBS.: ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO

O **MUNICÍPIO DE CARBONITA /MG**, CNPJ Nº _____, com sede na Rua....., Centro, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Estado Civil, Nacionalidade brasileira, Profissão, residente e domiciliado na Rua A....., Nº....., Bairro --MG, CI:- SSP/MG e CPF: e a empresa inscrita no CNPJ sob nº....., localizada na.....(endereço completo) a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por, inscrito no cadastro de pessoas físicas sob nºe registro geral sob nº..... resolvem firmar o presente contrato em conformidade com o Processo Licitatório nº/2021, na modalidade Tomada de Preços nº/2021, com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto e Prazo de Vigência

I Constitui objeto deste contrato a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE SALAS DA CRECHE MESTRA ZEFINA EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARBONITA/MG**, conforme proposta de preços e planilha orçamentária apresentada pela Contratada, que integram este instrumento.

II O prazo total, para execução e entrega dos serviços especificados, será **de 3 (três) meses corridos**, contados a partir da data fixada na primeira Ordem de Serviços.

a) O prazo previsto para execução dos serviços somente poderá ser prorrogado por motivo de força maior, tecnicamente admitido pelo CONTRATANTE, sendo certo que a não conclusão, no prazo estipulado, submeterá a CONTRATADA às sanções previstas neste instrumento e em lei.

III.O prazo de vigência do presente contrato é de **4 (quatro) meses** contados da ordem de serviço.

CLÁUSULA SEGUNDA – Das Condições de Execução

São condições de execução do presente contrato:

I – Compete à CONTRATADA, sob sua responsabilidade técnica executar os serviços objeto deste Contrato, utilizando equipamentos adequados e pessoal técnico qualificado.



II - O prazo para o início dos serviços é de, no máximo, 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviços, expedida pelo Departamento Municipal de Obras do Município de Carbonita, ressalvados os motivos de força maior.

III - Os serviços deverão ser executados de acordo com as orientações expedidas pela Departamento Municipal de Obras, a quem compete à solicitação, definição dos serviços a serem prestados.

IV - A prestação dos serviços deverá ser dentro do melhor padrão de qualidade.

V - A tolerância do CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplemento por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou novação, podendo o CONTRATANTE exercer seus direitos a qualquer tempo.

VI - A contratada obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

VII - A contratada é obrigada a substituir, de imediato, às suas expensas, o objeto deste contrato em que se verificar(em) vícios, defeitos, incorreções e outros.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Obrigações das Partes

São obrigações das partes:

I - DO CONTRATANTE

- a) - Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades encontradas na execução dos serviços;
- b) - Registrar as irregularidades por culpa da CONTRATADA para fins de rescisão do presente contrato.

II - DA CONTRATADA

- a) Compromete-se executar os trabalhos com objetivo de concretizar o objeto do presente contrato dentro do melhor padrão de qualidade, realizando um trabalho profissional com zelo, dedicação e máxima proficiência.
- b) A CONTRATADA deverá prestar os serviços conforme orientações previstas neste instrumento convocatório, sua proposta de preços e termo de referência.
- c) Informar ao CONTRATANTE, sempre que solicitado, o andamento dos serviços programados.
- d) Obriga-se a reparar, às suas expensas, os serviços rejeitados pelo CONTRATANTE, efetuados em discordância com o previamente estabelecido e aprovado pela Secretaria Municipal de Obras

.....



- e) Responder por danos dolosos ou culposos causados aos bens do CONTRATANTE, à sua imagem ou à de terceiros, por seus funcionários e/ou terceiros que estejam trabalhando sob sua orientação e/ou em decorrência dos serviços prestados.
- f) A empresa a ser contratada poderá ceder o Contrato a terceiros, subcontratar, parcialmente, obras e serviços que constituem objeto do Contrato, de acordo com a prévia, expressa e formal concordância ou conveniência do Município de Carbonita. A subcontratação ou cessão autorizada será formalizada por Termo Aditivo, através do qual se mantenha a integral responsabilidade da cedente ou subcontratante pela execução satisfatória dos serviços correspondentes.
- g) Manter, durante toda a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção deste contrato.
- h) A CONTRATADA deverá manter no local da realização da obra o seu responsável técnico que OBRIGATORIAMENTE deverá ser o profissional habilitado junto ao CAU ou CREA para a execução do Contrato.
- i) Para fins de recebimento de pagamento, a CONTRATADA deverá possuir conta no Banco
- j) A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – Do Preço e da Forma de Pagamento

Pela prestação dos serviços ora contratados, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o **valor global de R\$ (.....)**.

I O pagamento decorrente da prestação dos serviços contratados serão efetuados pela Secretaria de do Município de Carbonita, por processo legal, após a comprovação dos serviços prestados, nas condições exigidas e apresentação dos documentos fiscais devidos, em até 60 (sessenta) dias corridos após apresentação da Nota Fiscal ou documentos hábil.

II Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

III Compete à Secretaria Municipal de Finanças fazer a retenção do ISSQN sobre o valor dos pagamentos efetuados relativos aos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – Do Reajuste e da Revisão de Preços

1 O preço pelo qual será contratado o objeto da presente licitação não sofrerá reajuste no período de vigência contratual.



2 Os preços poderão ser revistos desde que comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando alea econômica extraordinária e extracontratual.

3 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

4 Ocorrendo a revisão de preços, deverá ser mantido, pelo menos, o mesmo percentual de diferença entre o preço à vista, do dia da proposta, com o da proposta apresentada na licitação.

5 Qualquer alteração contratual será regida e justificada nos termos e exigência do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA – Da Fiscalização

A fiscalização e conferência dos serviços serão realizados pela Secretaria Municipal de Obras do CONTRATANTE, observados os artigos 73 a 76 da Lei federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do Município:

07001002.1236500243.045 Ficha 478 Fonte 119

CLÁUSULA OITÁVA – Das Sanções

1 A inexecução parcial ou total das cláusulas e condições estipuladas no Contrato por culpa da Contratada, a mesma ficará sujeita às penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Carbonita, e/ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com os artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

2 Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

2.1 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da contratação, no caso de atraso na prestação dos serviços, com o consequente cancelamento do mesmo;

2.2 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, no caso da licitante vencedora, injustificadamente, desistir da execução do contrato ou causar a rescisão contratual.

3 O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, ou ainda, quando for o caso, deverá ser pago por



meio de guia própria, do Município de Carbonita, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis a contar da data da sua aplicação.

CLÁUSULA NONA - Da Rescisão Contratual

I Este contrato poderá ser rescindido:

- a) por ato unilateral do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, no que couber, garantida à CONTRATADA a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa;
- b) amigavelmente por acordo entre as partes desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- c) judicialmente nos termos da legislação.

II Nos termos do artigo 77 da Lei Federal nº 8.666/1993 a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, sobretudo as consequências previstas no artigo 80 da Lei Federal 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da Vinculação

Este contrato está vinculado de forma total e plena à proposta da CONTRATADA e ao Processo Licitatório - Tomada de Preços retro mencionado, que lhe deu causa, para cuja execução, exigir-se-á rigorosa obediência ao Instrumento Convocatório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da Legislação Aplicada

Este contrato será regido pelas normas fixadas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e pelas disposições e princípios constitucionais referentes a licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da Publicação

O extrato do presente instrumento será publicado no Órgão Oficial do Município de "Carbonita /MG", por conta do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Itamarandiba para dirimir quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma.

Prefeitura Municipal de Carbonita, ... de de

CONTRATANTE

CONTRATADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARBONITA
CEP: 39.665-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
PRAÇA EDGARD MIRANDA, Nº 202 - CENTRO
CNPJ: 21.154.174/0001-89

Proc. Nº _____

Folha. Nº _____

ANEXO VI
PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS

Em anexo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARBONITA
CEP: 39.665-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
PRAÇA EDGARD MIRANDA, Nº 202 - CENTRO
CNPJ: 21.154.174/0001-89

Proc. Nº _____

Folha. Nº _____

ANEXO VII

MEMORIAL DESCRITIVO, MEMORIAL DE CÁLCULO e CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Em anexo.



ANEXO VIII

TERMO DE VISITA TÉCNICA

TOMADA DE PREÇO N.º 001/2021
IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE:

Empresa: _____

Telefone: _____

Fax: _____

Pessoa para contato: _____

Nome do(s) Representante(s) Legal(ais): _____

Documento de identificação do(s) Representante(s) Legal(ais): _____

Profissional Técnico Especializado: _____

CREA nº _____

Declaro, para atendimento ao disposto no item 1.19 do Edital, haver realizado visita técnica ao local de realização da obra objeto da presente licitação e ter obtido as informações que entendi necessárias, conforme registrado a seguir.

LICITANTE (Visitante):

Visto e nº documento : _____

XXXXXXXXXXXX
Servidor Público Competente

Data e hora da visita: Dia ____/____/2021 às ____ horas.

*O LICITANTE deverá incluir o Termo de Visita Técnica no ENVELOPE Nº 1 –
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, conforme exigência do item 1.19 ou Declaração constante no
Anexo IX do Edital.*



ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL A SER REALIZADA A OBRA

(Local e data)

À

Prefeitura Municipal de Carbonita/MG

Referência: Tomada de Preços 001/2021

Prezado Senhor,

Eu, _____, portador da carteira do _____ nº _____, responsável técnico da empresa _____, declaro conhecer o local a ser executada a obra bem como todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução da mesma, tendo declinado do direito de participar da Visita Técnica ao local da referida obra.

➤ **Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa, assinada pelo responsável técnico da obra.**

- *O LICITANTE deverá incluir o Termo de Visita Técnica ou a presente Declaração no ENVELOPE Nº 1 –*
- *DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, conforme exigência do item 1.19*



ANEXO X

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA O CRC (CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL)

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (Art. 28 da Lei 8.666/93 e suas alterações)

1.1. Cédula de Identidade e CPF dos sócios;

1.2. Registro Comercial, no caso de Empresa Individual;

1.3. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Obs.: Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2. REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA (Art. 29 da Lei 8.666/93 e suas alterações).

2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. Lei 8666/93, art. 29, II;

2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

2.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do



Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – (Art. 30 da Lei 8.666/93 e suas alterações)

3.1. Certificado de Registro de Pessoa Jurídica e do Registro de Pessoa Física do Responsável Técnico, através de Certidão que demonstre sua validade, emitida pela Entidade competente;

4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA – (Art 31 da Lei 8.666/93 e suas alterações)

4.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedidas em até 90 dias.

5. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO:

5.1. Os documentos acima relacionados poderão ser entregues em original, por qualquer processo de cópias autenticadas por tabelião de notas ou por servidor da Prefeitura Municipal, sendo dispensada a autenticação quando se tratar de cópia disponibilizada por intermédio da Internet. Para as autenticações de documentos por servidor da administração deverá apresentar original.

5.2. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- a) se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial;
- d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.